

A Europa e o Médio Oriente: do Fim dos Impérios aos Desafios Comuns

Ana Santos Pinto

Consultora no Gabinete do Ministro da Defesa do XVII Governo Constitucional; Assistente de Investigação no IPRI-UNL

Bernardo Pires de Lima

Investigador no Instituto da Defesa Nacional

Patricia Daehnhardt

Professora auxiliar na Universidade Lusíada; Investigadora no IPRI-UNL

Resumo

O Médio Oriente é uma região de importância estratégica central para a Europa. Pela dependência energética, proximidade geográfica e constante instabilidade. Pese embora o facto de as relações entre a Europa e o Médio Oriente se encontrarem condicionadas pelos interesses americanos, os interesses europeus na região são múltiplos exigindo uma acção concertada. Este artigo analisa a acção da União Europeia e de duas grandes potências – Grã-Bretanha e a Alemanha – no xadrez do Médio Oriente, sobretudo no quadro pós-11 de Setembro face a novos desafios estratégicos.

Abstract

Europe and the Middle East: from the End of Empires to Common Challenges

Due to its proximity, its permanent instability and Europe's dependence on foreign energy, the Middle East is a European vital interest area. Despite the fact that relations with the Middle East are conditioned by the American foreign policy Europe's interests in the region are multiple, demanding for a concerted action. This article analyses the behaviour both of the European Union and of two of its major powers – Great Britain and Germany – in the Middle East chessboard, mostly in post September 11th context, when new strategic challenges became apparent.

O Médio Oriente é uma região de importância estratégica central para a Europa. É assim pela dependência energética, pela proximidade geográfica e pelos constantes conflitos, reais ou latentes, que assolam a região. Esta instabilidade, numa área geograficamente tão próxima, tem consequências directas para os Estados europeus, seja ao nível económico, político ou social. Ao nível económico porque afecta tanto o fornecimento de recursos energéticos – em especial o petróleo – como as trocas comerciais, ao mesmo tempo que tem determinado a aplicação de elevados financiamentos a projectos de ajuda ao desenvolvimento, cuja prossecução é limitada pela evolução dos conflitos na região. Ao nível político porque as relações entre a União Europeia – e cada um dos Estados membros de *per se* – e os Estados do Médio Oriente são condicionadas pelos alinhamentos assumidos no quadro dos conflitos. Finalmente, ao nível social porque a instabilidade origina, por um lado, fluxos migratórios importantes do Médio Oriente para a Europa e, por outro, crescentes divisões na opinião pública europeia face ao alinhamento político a adoptar.

Acresce que as relações entre a Europa e o Médio Oriente são ainda determinadas por uma forte dimensão transatlântica já que, após o final da Segunda Guerra Mundial e em particular após a crise do Suez (1956), os Estados Unidos se têm vindo a afirmar como a potência de maior influência na região. De uma forma geral, as sucessivas administrações americanas têm procurado garantir a segurança de Israel e dos Estados árabes considerados “moderados” – como o Egipto e a Jordânia – e com isto o acesso às principais rotas de petróleo e gás. Por seu lado, a Europa tem dado, na maioria das situações, apoio político às posições americanas, ao mesmo tempo que mantém canais de comunicação abertos com Estados e governos mais problemáticos, como a Síria, o Líbano e o Irão. O comportamento da Grã-Bretanha e da Alemanha, assim como da própria União Europeia, é disto exemplo.

A União Europeia e o Médio Oriente

Ana Santos Pinto

“Se durante os últimos anos um extraterrestre observasse o Médio Oriente a partir de um planeta distante, provavelmente chegaria à conclusão que o poder externo mais influente na região é a União Europeia (UE)”¹. Avi Primor, antigo

1 Avi Primor, «The European Union and the Middle East – Mutual Indispensability». *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture*, East Jerusalem. ISSN 0793-1395. Vol. 11, n.º 2, 2004, p. 18.

embaixador de Israel junto da União Europeia, constata desta forma, algo irónica, a recorrente presença europeia no Médio Oriente, uma observação que pode ser comprovada através das inúmeras visitas de Chefes de Estado e de Governo europeus à região, das representações – quer de Estados membros, quer da Comissão Europeia – nos diversos países do Médio Oriente e do constante envolvimento da União Europeia nas iniciativas relacionadas com o processo de paz israelo-palestiniano. Mas, apesar de todas as iniciativas, a União Europeia está longe de ser o principal actor externo na região.

Desde logo, porque a concretização de uma acção externa europeia no Médio Oriente coloca uma série de questões complexas, já que envolve a percepção dos Estados membros – em particular a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha – face a matérias de herança histórica que dotam a discussão de grande sensibilidade política.

Do ponto de vista histórico, podemos considerar que existem três fases distintas na história do Médio Oriente ao longo do século XX.² A primeira, após o final da Primeira Guerra Mundial e da queda do Império Otomano. Esta época é dominada pelo imperialismo europeu que deu origem ao actual sistema de Estados na região. A segunda fase, coincide com o período da Guerra Fria em que o poder dos Estados Unidos da América na região aumentou consideravelmente, ao mesmo tempo que a Grã-Bretanha e a França assistem ao decréscimo do seu poder colonial. A terceira etapa, surge com o final da Guerra Fria, no início da década de noventa, em que os Estados Unidos afirmam, de forma clara, o seu poder na região (e no mundo) ao mesmo tempo que a União Europeia procura assumir um papel no sistema internacional.

Desta evolução resulta que as relações entre a União Europeia e o Médio Oriente são também determinadas por uma vertente transatlântica e, conseqüentemente, por um debate sobre a competição ou complementaridade de papéis entre os Estados Unidos e a Europa. Se uns defendem que o facto de a União Europeia desempenhar um papel mais activo no Médio Oriente levará a um conflito com os Estados Unidos, outros consideram que esta é uma zona estratégica para as políticas externas americana e europeia, pelo que os alinhamentos regionais adquirem uma importância acrescida e não excluem uma perspectiva da complementaridade. Neste sentido, os esforços de promoção do processo de paz e estabilização na região têm demonstrado

2 Rosemary Hollis, «Europe and the Middle East: Power by Stealth?», *International Affairs*, vol. 73, n.º 1, 1997, pp. 15-29.

resultados mais significativos quando europeus e americanos agem de forma concertada, sendo a acção do designado Quarteto – formado pelos Estados Unidos, Federação Russa, União Europeia e Organização das Nações Unidas – o mais recente exemplo.

O Processo de Integração Europeia e o Conflito Israelo-palestiniano

A atenção europeia dada às questões do Médio Oriente e, em particular, ao conflito israelo-árabe, constitui uma das iniciativas mais longas e constantes da política externa europeia, que remonta às suas origens. A criação da Cooperação Política Europeia (CPE) permitiu aos Estados membros a discussão de questões importantes em matéria de política externa, num fórum sem compromissos formais e com carácter confidencial, possibilitando a apresentação dos diversos pontos de vista. Desde o início do processo de cooperação política que as questões relativas ao Médio Oriente estiveram no centro da agenda. Como resultado, surgiram uma série de declarações políticas, entre as quais se destaca a *Declaração de Veneza* (1980) – a primeira declaração comum sobre esta matéria – em que o Conselho Europeu define os princípios orientadores da estratégia europeia para a resolução do conflito.³ O espírito da *Declaração de Veneza* foi mais longe do que qualquer outro documento aprovado até então, nomeadamente, as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, já que os Estados membros encaravam o problema palestiniano como algo distinto do conflito que os opunha a Israel, considerando que a questão dos refugiados era apenas uma entre as várias que exigiam resolução.

Alguns anos mais tarde, com a criação da política externa e de segurança comum (PESC), em 1993, o Médio Oriente foi formalmente definido como uma das áreas estratégicas da acção externa europeia. O início da PESC foi coincidente com o relançamento do processo de paz, em Madrid e Oslo, onde os países europeus demonstraram capacidades para promover fóruns complementares de diálogo e contacto entre as partes em conflito.

Ao longo de quase duas décadas, a União Europeia concentrou os seus esforços no apoio à criação de um ambiente estratégico que tornasse possível a paz no Médio Oriente,

³ In *European Community Venice Declaration on the Middle East*, Conselho Europeu de Veneza, 12-13 de Junho de 1980.

nomeadamente, através do apoio ao estabelecimento institucional da Autoridade Palestiniana, num quadro multilateral e através de declarações políticas.⁴

No quadro do apoio político e económico ao processo de paz israelo-palestiniano, a União Europeia, em conjunto com os Estados membros de forma individual, são os maiores doadores de ajuda financeira aos territórios sob administração da Autoridade Palestiniana, bem como ao processo de paz do Médio Oriente de forma geral. Este apoio económico decorre do apoio político ao empenhamento na procura de uma solução justa e viável para o conflito israelo-palestiniano, demonstrado nas diversas declarações adoptadas pelo Conselho Europeu.

Entre 1993 e 1996, a acção externa da UE em relação a este conflito, concentrou-se em contribuições políticas face à implementação dos vários acordos alcançados, através do apoio financeiro à Autoridade Palestiniana, da monitorização de eleições nos territórios e da participação em rondas de negociações multilaterais. Mais tarde, no Conselho Europeu de Amesterdão, realizado em Junho de 1997, foi aprovado o *European Union Call for Peace in the Middle East*, um documento em que a União Europeia formalizava, pela primeira vez, a possibilidade de existência de um Estado palestino, lado a lado com o Estado de Israel. Nos anos que se seguiram verificou-se uma escalada de violência nos territórios que culminou, em 2000, com a eclosão da segunda *intifada* palestina.

Após mais de três anos de violência, em Abril de 2003, o *Quarteto* da diplomacia internacional apresentou o *Road Map* para uma paz duradoura entre israelitas e palestinianos. Este documento estabelecia um plano de várias fases calendarizado em três anos para alcançar uma solução para o conflito, além de prever a criação de um Estado palestino independente e viável, até 2005. Este plano, redigido sem o envolvimento directo de israelitas e palestinianos, não tem revelado grandes sucessos mas permanece como o principal documento reconhecido pela comunidade internacional como base das iniciativas diplomáticas para resolução do conflito, tal como foi reiterado na Conferência de Annapolis, em Novembro de 2007.

Ao analisarmos a cooperação política europeia em relação ao conflito israelo-palestiniano ao longo das últimas décadas, podemos observar que as posições dos Estados membros da UE se têm desenvolvido no sentido da promoção de percepções e interesses comuns, o que, tendo em conta a complexidade do conflito, o torna num feito

4 Muriel Assenbourg, «From Declarations to implementation: Three dimensions of European policy towards the Middle East - In, Martin Ortega (ed.), *The European Union and the Crisis in the Middle East*. Chaillot Paper n. 62, International Institute for Security Studies-European Union (ISS-EU), 2003.

importante. Por outro lado, a União Europeia tem-se empenhado no desenvolvimento de esforços para alcançar uma estabilidade regional através da procura de soluções multilaterais. Neste quadro, tem vindo a desenvolver um aprofundamento das relações com os países da bacia Mediterrânica, bem como a promover o desenvolvimento de processos diplomáticos de carácter regional e internacional. É disso exemplo o diálogo desenvolvido no quadro da procura de uma solução para a questão nuclear iraniana - com o empenhamento conjunto da Alemanha, da França e do Reino Unido através do designado UE-3 -, as iniciativas diplomáticas promovidas aquando do conflito no Líbano em 2006 - em que os Estados europeus procuraram garantir a “espinha dorsal” das forças das Nações Unidas no território - e, mais recentemente, o desenvolvimento de uma aproximação diplomática à Síria, que não pode deixar de ser analisado no quadro do início das negociações de paz entre a Síria e Israel.

Líbano, Síria e Irão: um Desafio à Capacidade Externa na União Europeia

No ano de 2006 eclodiu mais um conflito no Médio Oriente, mas cujo cenário já pouco tem a ver com o conflito israelo-palestiniano. A acrescer às tradicionais tensões regionais, os desenvolvimentos do início do século XXI - nomeadamente, a intervenção militar americana no Iraque e o desenvolvimento de um programa nuclear pelo Irão - ditaram o aparecimento de novas parcerias e influências na região.

O Líbano é um país cuja história recente está marcada pela influência de actores externos: primeiro pelo domínio Otomano; depois pela presença francesa; mais tarde pela ocupação militar israelita e síria. O clima de instabilidade interna, decorrente de 15 anos de guerra civil, em conjunto com um sistema político fragilizado pela busca de equilíbrios entre os 17 grupos étnico-religiosos que compõem a sociedade libanesa, têm vindo a permitir um acréscimo do poder do Hezbollah, conhecido como o “braço” do Irão naquela região. Por outro lado, a fragilidade do Estado libanês tem também motivado uma constante influência por parte da vizinha Síria, que vê na desestabilização do Líbano um importante instrumento de afirmação regional, em particular face a uma comunidade internacional - nomeadamente os Estados Unidos - que tem utilizado o isolamento do regime de Damasco como forma de pressão face a melhorias no sistema político.

A equação torna-se mais complexa com a escalada do conflito no Iraque, cujo clima de violência é, em muito, influenciado pelos interesses dos regimes sírio e iraniano para

impedir a estabilização do país e demonstrar que qualquer solução só será possível com a colaboração destes dois países.

Finalmente, um terceiro elemento a considerar é o desenvolvimento do programa nuclear iraniano. Os esforços diplomáticos da Comunidade Internacional, que têm contado com um forte empenho da União Europeia – quer através da *troika* composta pela Alemanha, França e Reino Unido, quer através do Alto Representante para a Política Externa, Javier Solana – não tem revelado grandes sucessos, sendo mesmo considerado um fracasso da diplomacia europeia.

Parte importante da credibilidade da União Europeia enquanto actor internacional joga-se no Médio Oriente. O sucesso da estabilização no Líbano, o aprofundamento das relações com a Síria e a possível promoção de um processo de paz com Israel, bem como a conquista de resultados no campo diplomático face à questão iraniana são essenciais à afirmação externa da União Europeia e ao seu reconhecimento enquanto parceiro credível na comunidade internacional.

Os conflitos no Médio Oriente carecem de soluções, pelo que os resultados da acção europeia – bem como dos outros actores – só podem ser avaliados mediante os esforços realizados face à sua resolução. Isto inclui, por exemplo, a promoção ou facilitação de contactos e negociações entre as partes em conflito. Nesta perspectiva, a eficácia de uma determinada acção pode ser observada quando as partes envolvidas encaram um terceiro actor como desejável, ou pelo menos legítimo. Este será, certamente, o maior desafio que se coloca à política externa europeia.

O Fim dos Impérios e a Permanência dos Interesses

Bernardo Pires de Lima

No ano dos atentados às Torres Gémeas, uma das expressões que mais surpresa causou, especialmente no Ocidente, foi a constante referência utilizada por Osama bin Laden “às provocações dos últimos oitenta anos”. A perplexidade de muitos ocidentais residia no facto de o líder da al-Qaeda se ter alongado tanto no tempo e não ter tido, por exemplo, qualquer referência aos “últimos cinquenta anos”, para muitos uma marca temporal com mais sentido: o Estado de Israel foi criado em 1948 e milhares de palestinianos foram expulsos da sua terra ancestral após a derrota dos exércitos árabes nesse ano e em 1967. Mas Bin Laden e os seus companheiros, seguidores de uma versão radical do Islão, a salafiyya, que defende o regresso do Islão mais puro, de raiz árabe, do século

VII, não se enganaram; a verdadeira derrota iniciou-se em 1918, com a grande traição a este espírito de pureza ideológica. Por outras palavras, não foi o “Ocidente malévolo” que extinguiu o antigo califado e destruiu o Império Otomano, foi um reformista turco, porque secularista, de origem muçulmana, que o fez: Kemal Atatürk.

A primeira diferença ao olharmos para o mapa do Médio Oriente pós-1918 é a inexistência, obviamente, de zonas russas. Reparemos, por exemplo, no que é actualmente o território do Iraque: Mossul, com todas as suas áreas produtoras de petróleo, situava-se na zona francesa e apenas uma zona internacional em redor de Jerusalém, além do porto de Haifa, não era francesa, entretanto cedida à Grã-Bretanha pelo acordo que definia as respectivas áreas de influência das potências principais europeias, o Sykes-Picot (1916). Quatro anos depois, seria a Grã-Bretanha, e não os franceses, a obter um mandato para toda a Palestina, tendo Mossul acabado por passar para os domínios do Império Britânico, sendo uma parte importantíssima do Iraque aquando da sua independência em 1932.

Por outras palavras, ajudar os árabes em vez de os prejudicar foi um elemento essencial da política britânica e, segundo defendem muitos autores, continuou a ser o principal objectivo político da Grã-Bretanha no Médio Oriente até ao fiasco do Suez em 1956 e o derrube violento e sangrento da monarquia iraquiana em 1958. A revolta árabe marcou o início de um longo período de apoio britânico à causa árabe, mesmo que tudo se tivesse tornado consideravelmente mais complicado devido a uma outra promessa feita por Londres durante a guerra: a criação de um Estado nacional judaico na Palestina.

A manutenção do Império foi um dos desígnios políticos da Grã-Bretanha após 1945. O seu enfraquecimento com a guerra e os custos insuportáveis que a manutenção de tropas no Médio Oriente e noutros territórios acarretavam, foram as duas maiores preocupações para Winston Churchill. Com a crise do Suez, Washington tornou-se na grande potência ocidental no Médio Oriente e o Império Britânico jazia, de facto, ao rumo da história. Esse foi o momento de viragem na predominância das potências europeias na região, sobretudo França e Grã-Bretanha, e a ascensão dos EUA enquanto potência determinante na geopolítica da região.

Todavia, esta perda de relevância estratégica não deve negar um facto: a transformação do mapa do Médio Oriente foi, em grande medida, uma criação britânica.⁵ Muitas

⁵ Ver David Fromkin, *A Peace to End All Peace*, New York: Owl Books, 2001; Martin Gilbert, *Winston S. Churchill Vol. IV (1916-1922)*, London: Heinemann, 1975; Christopher Catherwood, *Churchill's Folly: How Winston Churchill Created Modern Iraq*, New York: Carrol & Graf Publishers, 2004.

das fronteiras do Médio Oriente para além do Iraque foram também traçadas após a época de Churchill, nomeadamente por Percy Cox que, antes de se reformar, determinou as fronteiras do sul do Iraque, da Arábia Saudita e do Kuwait, atribuindo grande parte do território pretendido por este último país ao saudita Ibn Saud, que o incorporou no seu vastíssimo império.

Sobre o Irão, actualmente o grande desafio estratégico do Ocidente naquela região, a Grã-Bretanha protagonizou um despique aceso em 1951 com o regime de Mohammad Mosaddeq, tendo os EUA optado por um papel de mediação. Na altura, não se discutiam as intenções nucleares do regime de Teerão, antes o seu plano de nacionalizar a indústria petrolífera, com naturais danos para os interesses britânicos que detinham importantes participações nas companhias. O Presidente norte-americano Harry Truman e o seu secretário de Estado, Dean Acheson, temiam que um comportamento mais assertivo de Londres face a Teerão levasse a um conflito que, em último caso, exacerbasse os sentimentos iranianos contra o Ocidente. Londres acabou por rejeitar uma invasão militar, mas não se acomodou perante um compromisso proposto por Washington, conseguindo convencer os EUA a apoiar uma estratégia de mudança de regime, que culminaria em 1953 com a sua deposição. Semelhanças com a história recente? Aparentemente, sim. Apenas com a inversão de papéis entre europeus e norte-americanos, um sinal, também ele evidente, do decréscimo de *poder* europeu em regiões tradicionalmente sob o seu domínio geopolítico.⁶ Mas tal não significa, porém, que os interesses históricos das principais potências europeias na região tenham desaparecido. Pelo contrário: são eles que continuam a prevalecer nos comportamentos face aos principais desafios. O caso da Grã-Bretanha é disso uma evidência.

A Grã-Bretanha e o Médio Oriente após o 11 de Setembro

Em Novembro de 2001, Tony Blair identificou os passos que Londres e o Ocidente deveriam dar para garantir a estabilidade das relações com o Médio Oriente após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001: o processo de paz entre Israel e a Palestina, o cumprimento das obrigações internacionais do Iraque e um novo relacionamento com a Síria e o Irão para a resolução dos problemas regionais.⁷

6 Philip H. Gordon, "Trading Places: America and Europe in the Middle East", *Survival*, Vol. 47, N. 2, Summer 2005, pp. 87-100.

7 Tony Blair, "Speech at the Lord Mayor's Banquet", 12 November 2001.

Após o discurso de Bush sobre o “eixo do mal” (Janeiro 2002), Blair seria obrigado a adoptar um registo mais duro perante alguns destes países, de forma a coincidir estratégica e retoricamente com a Administração norte-americana. Passou a exigir um “caminho para a respeitabilidade” à Síria, Irão e Coreia do Norte, instigando-os a mudarem “dramaticamente” as suas relações com o exterior, um tipo de relação nova que o Ocidente lhes estava a “oferecer”. A dureza das observações por parte de Londres não se fez esperar. Para o Primeiro-ministro, estes países “têm de saber que patrocinar terrorismo ou armas de destruição maciça não é aceitável”. Ora, antes de mais, esta narrativa além de trilhar progressivamente um caminho de aproximação com aquela que a Administração Bush ia adoptando, partilhou desde o início de 2002 a mesma noção de ameaças à segurança ocidental e que identificava expressamente a existência de patrocínios estatais a grupos terroristas. Blair, por exemplo, neste mesmo discurso na Biblioteca George Bush, definiu mesmo algumas das actividades palestinianas como “terroristas”, numa clara opção pela identificação dos focos de insegurança.⁸

No final desse mesmo ano, Blair receberia Bashar Al-Asad, o Presidente sírio, elogiando o apoio expresso de Damasco à Resolução 1441 do Conselho de Segurança, que abriu a porta à invasão do Iraque uns meses depois. Por outras palavras, ao mesmo tempo que Londres identificou o regime sírio como um dos principais patrocinadores do terrorismo no Médio Oriente, nomeadamente os xiitas do Hezzbolah a operar no Líbano, não negou a indispensabilidade da Síria na estabilidade da região e o facto de ser um interlocutor com quem o Ocidente deveria dialogar. As suas palavras elogiosas ao apoio sírio dado à coligação em 1991, aquando da libertação do Kuwait, abriam uma janela de oportunidade para um novo apoio em 2003, e que já poucos duvidavam estar em marcha. O governo britânico sabia que, face às dúvidas de importantes aliados europeus, como a França e Alemanha, seria indispensável alargar a coligação anti-Saddam a Estados cruciais do chamado “mundo árabe”. A Síria, apesar de tudo, era um deles.⁹

Após a guerra do Iraque (Março 2003) a Grã-Bretanha viu-se envolvida num conjunto de turbilhões políticos directamente relacionados com o processo de decisão iraquiano. Em primeiro lugar, tornou-se do domínio público que o *staff* de Blair teria exagerado no teor da ameaça das armas de destruição maciça de Saddam, além de se ver confrontado com a não existência material de tal arsenal, o grande argumento da coligação para iniciar

8 Tony Blair, “Speech at the George Bush Senior Presidential Library”, 7 April 2002.

9 Tony Blair, “Prime Minister’s Article in the Financial Times on the Visit of the Syrian President”, 16 December 2002.

a operação militar de derrube do regime de Bagdad. Em segundo lugar, a situação no Iraque piorava todos os dias e parecia dar razão a todos aqueles que se opuseram à intervenção, quer no Parlamento, quer no interior do Partido Trabalhista, quer ainda nas ruas britânicas. Blair tinha que encontrar rapidamente um motivo palpável demonstrativo dos méritos da intervenção e ele chegaria em finais de 2003 com o anúncio de que a Líbia do coronel Kadhafi teria abandonado definitivamente o seu programa de armas de destruição maciça. Londres reforçou de imediato as virtudes deste caso para elogiar o processo negocial entre as autoridades líbias, norte-americanas e britânicas dos últimos nove meses e os resultados obtidos. Na declaração sobre esta matéria não foi nunca utilizado o argumento da invasão iraquiana para justificar o sucesso das negociações com Trípoli. Por duas razões: primeiro, porque revelaria a todos que o alvo deveria ter sido a Líbia e não o Iraque, cujas armas tardavam a aparecer; segundo, porque do lado de Londres, a diplomacia foi sempre o mecanismo privilegiado e as negociações com actores regionais fomentadas, logo, seria pouco sensato não frisar o sucesso desta “via britânica” para a resolução de problemas de segurança e insistir no processo iraquiano fortemente marcado pelas opções de Washington. Esta era a altura certa para uma ligeira inflexão na narrativa ou até para alguma demarcação dos métodos da Administração Bush, reforçando o papel de Londres na Agência Internacional de Energia Atômica a respeito do Irão e do diálogo a seis quanto à Coreia do Norte.¹⁰

Os *Hot Spots*: Irão e Líbano

A partir da invasão iraquiana, a condução política dos assuntos do Médio Oriente por parte do governo britânico assentou, fundamentalmente, em três linhas: primeiro, numa via de negociação exigente com Teerão que pressionasse o desmantelamento do seu programa nuclear - ou, como o regime sempre definiu, o seu “programa de enriquecimento de urânio” -, salvaguardando o posicionamento de Londres no quadro de uma *troika* europeia, em conjunto com a França e a Alemanha; segundo, pela clara defesa de uma solução promotora de dois Estados para a resolução do conflito israelo-palestiniano; terceiro, por um apoio assertivo a Israel em caso de conflito com um Estado vizinho, o que acabou por vir a acontecer no Verão de 2006, quando o Hezzbolah, apoiado pelo Irão e a Síria, entrou em guerra com Tel Aviv.

10 Tony Blair, “Prime Minister Welcomes Libyan WMD Announcement”, 19 December 2003.

Por partes: o Irão passou a ser o caso mais complicado de gerir, não só para Londres, mas para todo o Ocidente. As sanções da ONU parecem ter reforçado o nacionalismo; a Rússia (um antigo patrocinador das intenções nucleares de Teerão, nos anos 60) tardou em endurecer as suas posições, e os europeus e norte-americanos mantiveram a sua tradicional disputa na balança narrativa: negociações com firmeza ou negociações com um *deadline* que acenasse com o uso da força se necessário.¹¹ O problema em alcançar uma posição mais firme resultou mais do que se estava a passar fora do Irão do que propriamente com o seu regime, isto é, ninguém parecia disposto a usar a força novamente, ao mesmo tempo que no Iraque e no Afeganistão se avolumavam as necessidades materiais e humanas para estabilizar os cenários de subversão.

Para Londres, importava ao longo desta fase garantir duas situações: consistência europeia ao nível da *troika* e o máximo de cooperação com o discurso da Casa Branca. Para Blair e, mais tarde, também para Gordon Brown, ser protagonista de uma nova clivagem transatlântica era um cenário completamente fora de questão. No entanto, como foi seu hábito desde que chegou ao governo em 1997, Blair nunca deixou de considerar um Irão na posse de armamento nuclear uma “ameaça à segurança mundial”,¹² expressão que utilizou sem reservas quando ouviu o presidente iraniano Ahmadinejad dizer que “riscar Israel do mapa” era um objectivo do “mundo islâmico”.¹³ Ou seja, duas orientações foram aqui privilegiadas por Londres: um inequívoco apoio a Israel e a manutenção do recurso à força como traço da política externa britânica. Esta era, também, uma forma de afirmação da Grã-Bretanha perante os seus parceiros europeus e uma forma de vincar um posicionamento relevante aos olhos de Washington e de potências emergentes.¹⁴ E é neste campo que continua ainda hoje a pautar o seu comportamento.

Em relação à solução para Israel e a Palestina, Blair tratou imediatamente após o 11 de Setembro de forjar uma saída de tipo dois Estados para um problema que desde logo considerou um barril de pólvora motivador do radicalismo islâmico. Este foi o grande contributo da Grã-Bretanha ao longo dos consulados de George W. Bush: atraí-lo para esta solução, envolvendo-o na questão directamente, fazendo das intenções de Londres a

11 Ver, Vasco Rato e Bernardo Pires de Lima, “A Encruzilhada Iraniana: Armas Nucleares e Consequências Geoestratégicas”, *Nação e Defesa*, Nº 117, Verão 2007, pp. 179-196.

12 Anton La Guardia, Toby Helm and David Rennie, “We will use force, Blair warns Iranians”, *Telegraph*, 28 October 2005.

13 “Iran hosts ‘The World without Zionism’”, *The Jerusalem Post*, 26 October 2005.

14 “Statement of Informal Meeting of EU Heads of State or Government”, *EU United Kingdom Presidency*, Hampton Court, 27 October 2005.

política seguida por Washington, o que encaixava na ideia de se colocar como a grande influência das decisões norte-americanas em política externa. A defesa da solução “dois Estados”, do desmantelamento dos colonatos e da deposição das armas pelas facções radicais palestinianas, foram traços de continuidade na argumentação dos governos Blair/Brown, mesmo que os seus intentos não tenham tido os resultados que, por vezes, o aliviar de tensões regionais possa ter permitido. Não espanta, por isso, que Tony Blair tenha assumido o papel de representante do Quarteto para a Paz no Médio Oriente assim que deixou o cargo de Primeiro-ministro, no Verão de 2007.

O último domínio onde Londres foi interveniente, o Líbano, é desde há muito um território sob enormes tensões, no qual a intromissão síria nos seus assuntos internos e o domínio a sul do Hezzbolah são duas das variáveis em jogo. Em Julho de 2006, o conflito foi aberto entre estes últimos e Israel. A Grã-Bretanha não teve grandes hesitações em apoiar Israel, associar-se a Washington e remeter a situação para a gestão do Conselho de Segurança da ONU que fizesse cumprir dois requisitos: um cessar-fogo sustentado e a deposição das armas por parte do Hezzbolah. No curto prazo, nenhum destes objectivos foi alcançado, o que abriu uma frente de crítica interna na política inglesa sobre as vantagens da continuação da linha até então seguida, por muitos considerada exaustivamente seguidora dos EUA.

O comportamento de Londres na gestão deste dossier fez-se por duas vias que, aliás, constituem o mote para outras frentes de críspação internacional. Primeira, a tentativa de não quebrar a solidariedade com Washington e Tel Aviv. Segunda, sem querer atingi-la, advogou um compromisso com o processo de paz entre a Palestina e Israel como base da solução para outros problemas da região, além de abrir caminho, sempre que possível, a uma solução de tipo multilateral envolvendo outras potências internacionais, nomeadamente a Rússia, e o papel do Conselho de Segurança.

A Política da Alemanha para o Médio Oriente

Patricia Daehnhardt

Até há poucos anos a República Federal da Alemanha não tinha uma política para o Médio Oriente.¹⁵ Enquanto mantinha uma relação especial com o Estado de Israel,

15 Volker Perthes, ‘Germany and the Middle East Conflict: What Interests, if Any?’, in German Foreign Policy and The Middle East Conflict, in *German Foreign Policy in Dialogue*, Volume 3, Number 7, 17 May 2002, p. 8.

garantindo o seu apoio à segurança e manutenção da soberania do Estado recém-criado, e detinha relações bilaterais com vários Estados da região, faltava-lhe uma abordagem estratégica abrangente. Fazia parte da tradição histórica e moral da diplomacia da RFA não desempenhar um papel activo e independente na região.¹⁶ A presença alemã traduzia-se em acordos económicos, mas sucessivos governos evitaram um envolvimento mais político no Médio Oriente. Isto prendia-se, por um lado, com o facto de a Alemanha não ter tido interesses coloniais significativos na região, e por outro lado, com o facto da política externa da RFA ter sido condicionada até 1989 pela sua pertença ao espaço euro-atlântico num período de bipolaridade estratégica entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Desde o fim da Guerra Fria, e, acentuadamente, desde o 11 de Setembro de 2001, a Alemanha tem vindo a ampliar o seu campo de actuação político-diplomático, reforçando os laços existentes e projectando o seu poder como potência europeia na região.

Três factores caracterizam a nova abordagem alemã para o Médio Oriente. Em primeiro lugar, a política alemã continua a centrar-se na relação especial e histórica com o Estado de Israel. A política de responsabilidade moral que a Alemanha desenvolveu em relação a Israel desde a Segunda Guerra Mundial e a cooperação bilateral de defesa faz com que seja o seu segundo aliado mais importante fora da zona, depois dos Estados Unidos e o seu segundo maior parceiro comercial. Para sucessivos governos alemães, a segurança e o direito de existência do Estado de Israel continua a ser um dos princípios que regem a política externa alemã.¹⁷ Contudo, ao mesmo tempo que mantém uma relação especial com Israel, a diplomacia alemã tem conseguido afirmar-se como interlocutor imparcial face aos restantes Estados da região aumentando assim a sua capacidade de actuação e mediação política.¹⁸

Em segundo lugar, sem uma tradicional definição de interesses alemães no Médio Oriente, a Alemanha inseriu o seu crescente envolvimento regional após o fim da Guerra Fria na política da União Europeia. Como outros sectores da política externa de Berlim, a política alemã para o Médio Oriente é uma política fortemente europeizada. As iniciativas propostas pela Alemanha enquadram-se na Política Externa e de Segurança

16 Joschka Fischer, 2007, p. 409.

17 Discurso da chanceler Merkel perante o *Bundestag*, Plenarprotokoll 16/46, 6 de Setembro de 2006, p. 4480-81.

18 A recente troca de prisioneiros entre Israel e o Hezbollah, demonstrou que a Alemanha sabe gerir complexas negociações diplomáticas entre as partes conflituosas 'Steinmeier zwischen Hisbollah und Israel', *Welt Online*, 2 de Junho de 2008.

Comum. A acção concertada com a França e a Grã-Bretanha no grupo UE-3 para a resolução do problema da nuclearização do Irão, ou a revitalização do Quarteto Internacional para o Médio Oriente, durante a presidência alemã em 2007, fazem com que o seu crescente envolvimento regional seja feito em consonância com os objectivos propostos de uma política externa da UE.

Em Março de 2003, o Conselho Europeu de Bruxelas aprovou a 'Parceria Estratégica da UE para o Mediterrâneo e o Médio Oriente' que promove a paz, prosperidade e progresso da região através de instituições multilaterais como a Parceria Euro-Mediterrânica (processo de Barcelona), e a Política Europeia de Vizinhança, que inclui alguns Estados do Médio Oriente. Enquanto que Berlim exerce influência quanto às posições que outros países europeus tomam relativamente a Tel Aviv, a política alemã para a região tende a enquadrar-se numa perspectiva europeia. Por outro lado, o interesse alemão no Médio Oriente pretende contrariar uma excessiva 'divisão de trabalho' entre a Alemanha que exerce influência sobre a Europa Oriental, e a França, com interesses na bacia Mediterrânica e no Médio Oriente. A relutância com que o governo alemão aceitou a proposta do presidente Sarkozy para uma União do Mediterrâneo, em Março de 2008, revelou isso mesmo.¹⁹

Em terceiro lugar, a Alemanha deixou de aceitar incontestavelmente a hegemonia americana no Médio Oriente. A recusa do governo de Gerhard Schröder em 2002 em apoiar a política de Bush na guerra no Iraque representou uma mudança na tradicional política de alianças alemã e foi entendida como um acto de emancipação política. A consequência dessa rejeição foi a predisponibilidade em assumir um maior envolvimento alemão na região. Apesar da Alemanha não estar presente militarmente no Iraque, tem participado na reconstrução do país através do treino de polícias e forças armadas iraquianas fora do território. A posição do governo da chanceler Merkel, assim como do seu antecessor, pretende evitar uma retirada americana do Iraque, considerando que a subsequente instabilidade regional provocaria a insegurança da UE. Assim, o papel da Alemanha no Médio Oriente passa ainda pelo seu relacionamento com os EUA, mas já não pela aceitação da hegemonia americana na região.

Neste quadro de mudança da política alemã para o Médio Oriente há três áreas que testam os interesses e a eficácia da estratégia alemã: o conflito israelo-palestiniano, a participação da *Bundeswehr* no Líbano e o problema da nuclearização do Irão.

¹⁹ Após meses de oposição ao projecto francês, a chanceler Merkel apenas aceitou a ideia desde que todos os 27 países da UE pudessem estar envolvidos na nova instituição, como forma de limitar a preponderância francesa.

A Alemanha, Israel e o Conflito Israelo-palestiniano

Na sequência do 11 de Setembro de 2001, a Alemanha seguiu uma abordagem mais política para a totalidade da região como forma de responder às ameaças à segurança europeia devido ao terrorismo internacional. A mudança na postura alemã explica-se pela necessidade de definição de uma política estratégica europeia para o Médio Oriente por razões de segurança externa da UE, segurança energética e segurança interna dos países europeus. O antigo ministro dos negócios estrangeiros, Joschka Fischer desenvolveu o conceito de uma Europa estratégica segundo o qual a manutenção da unidade do Ocidente pressupunha uma dimensão estratégica da UE para o Médio Oriente. Reconhecendo a necessidade dos EUA permanecerem politicamente na região, o chamado plano Fischer para o Médio Oriente, de Abril de 2002, defendia uma perspectiva estratégica global para o processo de paz. Fischer foi activo na tentativa de mediar o conflito israelo-palestiniano em 2001-2002. Devido à sua reputação de observador imparcial, a Alemanha tem conseguido obter o respeito de ambas as partes.

O governo de Angela Merkel reforçou o envolvimento da Alemanha no processo de paz. Considerando que o conflito israelo-palestiniano está na origem dos conflitos no Médio Oriente, o governo de Merkel, à semelhança de governos anteriores tem apoiado a existência de dois Estados. A Alemanha é um dos maiores fornecedores de ajuda económica à Autoridade Palestiniana e apoiante da criação de estruturas de um Estado palestino democrático.²⁰ Em Outubro de 2007 o ministro dos negócios estrangeiros alemão, Frank-Walter Steinmeier propôs um 'Plano de Acção para o Médio Oriente' para a criação de estruturas democráticas num futuro Estado palestino.²¹ Esta iniciativa culminou numa conferência sobre a viabilização de um Estado palestino. Em 24 de Junho de 2008 o governo alemão patrocinou a conferência sobre o Apoio à Segurança Civil Palestiniana e Estruturas de Direito em Berlim, que resultou na concessão de 156 milhões de euros para o desenvolvimento de estruturas de justiça e a formação de forças de polícia palestinianas.²² Em reconhecimento da importância da conferência de Annapolis em Novembro de 2007 e do papel do Estados Unidos como potência externa principal no processo de paz, Merkel afirmou que a conferência de Berlim consti-

20 A Alemanha participa na Missão da UE de Polícia nos Territórios Palestinos (EUPOL COPPS), e na Missão da UE de Assistência de Fronteira no ponto fronteiriço de Rafah nos Territórios Palestinos (EU BAM Rafah) http://www.einsatz.bundeswehr.de/C1256F1D0022A5C2/Docname/Aktuelle_Einsatzze_Home.

21 'Ein europäischer Aktionsplan für den Nahen Osten', *Handelsblatt*, 15 de Outubro de 2007.

22 'Die neuen Nahostvermittler', *FAZ*, 24 de Junho de 2008.

tuía apenas ‘uma pequena pedra no mosaico na grande construção da solução dos dois Estados’²³.

O governo alemão mantém o seu compromisso com o Estado de Israel, e reiterou essa postura aquando da celebração, em Maio de 2008, dos 60 anos de existência do Estado judaico. Mesmo que nos últimos anos parte da elite política alemã tenha vindo a criticar acções do governo israelita, como por exemplo a construção do muro na cidade de Jerusalém, o apoio à segurança e existência de Israel mantém-se inalterado. Isto reflecte-se, por um lado, tanto na condenação de declarações do presidente iraniano, Ahmadinejad sobre a erradicação do Estado judaico, assim como, por outro, na contínua pressão que Berlim exerce sobre os seus parceiros no seio da União Europeia para influenciar posições comunitárias quanto a Israel.

Enquanto que o crescente envolvimento da Alemanha, e da UE, pode ser um reflexo circunstancial da perda de prestígio da administração Bush na região, que será ultrapassado com as eleições presidenciais americanas em Novembro de 2008, ele reflecte um papel determinante para a União Europeia e dentro dela, para a Alemanha. A actual aproximação ocidental à Síria, e as conversações entre a Síria e o Líbano e a Síria e Israel, foi defendida desde 2006 por Steinmeier que se encontrou com o presidente sírio Bashar al-Assad em Dezembro de 2006 em Damasco quando Merkel e Bush se opunham à inclusão de Damasco no processo diplomático. Aquando da constituição da União do Mediterrâneo, em Julho de 2008, o presidente francês Sarkozy patrocinou um encontro entre al-Assad e o presidente libanês, Michel Suleiman, em Paris, com vista à assinatura de relações diplomáticas entre os dois países. Por seu turno, Israel e a Síria entraram em conversações quanto ao processo de paz, sob mediação turca. Esta viragem na política externa da Síria e a aceitação dos países ocidentais em reaproximarem-se a Damasco, para acelerar o processo de paz israelo-palestiniano, e para diminuir a cumplicidade entre os regimes de Damasco e Teerão demonstram que a abordagem diplomática alemã obteve apoio junto dos seus parceiros europeus e dos Estados Unidos.

A Alemanha no Líbano

Em Setembro de 2006 o Bundestag decidiu a primeira operação armada da *Bundeswehr* no Médio Oriente, como parte da missão das Nações Unidas UNIFIL para a estabilização

23 Discurso da chanceler Merkel na abertura da conferência em 24 de Junho 2008 em Berlim.
http://www.bundesregierung.de/nn_1514/Content/DE/Bulletin/2008/06/71-2-bkin-nahostkonferenz.html

do sul do Líbano.²⁴ Na sequência da guerra no Verão de 2006 entre Israel e o Hezbollah, em território libanês, o governo alemão aceitou participar na *Maritime Task Force* para patrulhar a costa libanesa e fiscalizar o contrabando de armas pelo Hezbollah. No debate sobre as intervenções militares da *Bundeswehr* no *Bundestag*, a 6 de Setembro de 2006, Merkel considerou que, como o direito à existência do Estado de Israel fazia parte da razão de Estado da Alemanha, esta não podia abster-se de intervir, mesmo militarmente.²⁵ Esta decisão foi inédita já que, por razões de responsabilidade histórica perante Israel, a Alemanha, até então, evitou qualquer intervenção de natureza militar no Médio Oriente. A operação marítima da *Bundeswehr* representou a primeira operação militar da Alemanha no Médio Oriente e foi politicamente significativa porque demonstrou um envolvimento militar activo da Alemanha na sua tradicional política de defesa da existência do Estado de Israel.²⁶

O Problema Nuclear Iraniano

A ambição do Irão em tornar-se uma potência nuclear associada à projecção da sua hegemonia sobre o Médio Oriente representa, desde 2003, um dos principais desafios à política alemã e europeia para a região. A UE-3+1 representa uma iniciativa multilateral onde pela primeira vez a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha lideram em conjunto uma iniciativa diplomática em nome da União Europeia. Os acordos de Teerão, em Outubro 2003, e de Paris, em Novembro 2004, que previam a suspensão do urânio e a cooperação do Irão com a Agência Internacional de Energia Atómica, em troca de cooperação económica da UE foram unilateralmente rejeitados por Teerão. Em Junho de 2006, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e a Alemanha (P5+1) lançaram uma nova proposta a Teerão com base num conjunto de incentivos económicos em troca

24 Em 17 de Setembro de 2008 o *Bundestag* aprovou a renovação do mandato da *Bundeswehr* por mais 15 meses até Dezembro de 2009: <http://www.einsatz.bundeswehr.de/C1256F1D0022A5C2/CurrentBaseLink/W26SVK7M066INFODE>

25 Discurso da chanceler Merkel perante o *Bundestag*, Plenarprotokoll 16/46, 6 de Setembro de 2006, p. 4480-81.

26 Em contrapartida a missão da *Bundeswehr* no Afeganistão, no âmbito da ISAF, é mais perigosa, o que explica porque é que o governo alemão continua a evitar o envio de tropas para o sul do país, onde combatem tropas americanas e britânicas entre outras, e onde os combates são ainda mais intensivos. Em 16 de Outubro de 2008 o *Bundestag* aprovou a renovação do mandato da *Bundeswehr* até Dezembro de 2009 e o aumento de tropas de 3.500 para 4.500 soldados. Plenarprotokoll 16/183 de 16 de Outubro de 2008.

da suspensão do enriquecimento de urânio, que foi igualmente rejeitada. Em Junho de 2008 a UE-3 endureceu a posição face a Teerão quando os bens do banco Melli, o maior banco iraniano, e que supostamente financia o programa nuclear iraniano, foram congelados na Alemanha, Grã-Bretanha e França.

O fracasso da comunidade internacional em dissuadir o Irão das suas pretensões nucleares deve-se à intransigência do regime de Teerão mas também às divergências entre os países ocidentais. Apesar de todos prosseguirem o objectivo de evitar o desenvolvimento do programa nuclear militar iraniano, não existe concordância quanto ao tipo de pressão a exercer sobre o regime de Teerão. A Alemanha mantém-se relutante em considerar uma opção militar. No seio da UE-3 o governo alemão é o que menos apoia sanções europeias contra Teerão, insistindo na necessidade de um consenso alargado entre os P5+1, ou seja, a inclusão da Rússia e da China numa abordagem conjunta.

O Médio Oriente é uma região vital para a segurança da Europa e dos Estados Unidos. É no Médio Oriente que se encontram as respostas às questões estratégicas relevantes, como o abastecimento energético, focos de terrorismo e de conflitualidade religiosa, e uma potencial corrida a armas de destruição maciça e nucleares. Estas serão dificilmente atingíveis se não existir uma abordagem consensual nem entre os países da UE, nem entre a UE e os EUA. A abordagem europeia tende a ser mais dialogante do que a americana, mais empenhada em encontrar soluções diplomáticas para a resolução das várias crises, ao passo que a perspectiva americana, durante a presidência de Bush não excluiu a opção militar como forma de política regional. Esta diferença na abordagem político-estratégica, faz com que o Médio Oriente se tenha tornado a plataforma onde as relações transatlânticas se estão a redefinir. A procura de estabilidade no Médio Oriente vai influenciar decisivamente o futuro das relações transatlânticas e o papel internacional da União Europeia. Se, durante a década de 1990, as guerras nos Balcãs testaram a coesão transatlântica e da NATO, no início do século XXI é o Médio Oriente, com os conflitos israelo-palestiniano, iraquiano e o problema da nuclearização do Irão, assim como a guerra no Afeganistão no Médio Oriente alargado, que irá disputar a coesão transatlântica e a viabilidade da NATO assim como a eficiência da PESC e da PESD, e da afirmação internacional da União Europeia enquanto actor internacional.

Conclusão

Uma boa parte da credibilidade da União Europeia como actor internacional joga-se no Médio Oriente. O investimento europeu ao nível da União e dos seus Estados membros

no plano político e financeiro tem sido imenso; contudo, os resultados nem sequer estão à altura das expectativas. A principal prioridade da União Europeia está, sem dúvida, na promoção do processo de paz israelo-palestiniano, no desenvolvimento de medidas de confiança - políticas e económicas - com Israel e na construção de um conjunto de instituições palestinianas sustentáveis. Contudo, os desafios são ainda mais exigentes: a estabilização do Líbano é fundamental para evitar um recrudescimento de grupos terroristas na região; a inserção da Síria na comunidade internacional é essencial à criação de condições que permitam a conclusão de um processo de paz com Israel; e a resolução da questão nuclear iraniana, por meios diplomáticos, é vital para evitar a escalada nuclear no Médio Oriente.

No plano dos principais Estados membros, a definição do comportamento britânico, após os ataques de 11 de Setembro de 2001, foi inicialmente pautada pela grelha multilateral na resolução de conflitos: acelerar o processo de paz entre a Palestina e Israel, garantir o cumprimento das obrigações internacionais pelo Iraque e estabelecer um novo relacionamento com dois *key players* regionais, a Síria e o Irão. Londres tinha uma agenda, embora “forçada” a adaptar-se a Washington, a partir do discurso do “Eixo do Mal”. Desde então, a dureza de posições face ao Iraque resultou no desfecho conhecido; Londres envolveu-se na questão da Palestina, embora o seu posicionamento na guerra do Líbano ao lado de Israel, tivesse atrasado as negociações do processo de paz; o abandono do programa nuclear da Líbia foi alcançado, mas o Irão acabou por beneficiar da instabilidade no Iraque para se tornar numa potência regional. O saldo britânico não é positivo. Mas pedir-lhe outro comportamento seria anular a sua relação com Washington e negar o seu papel na região, para muitos “fundador” das suas actuais fronteiras.

Já os interesses políticos da Alemanha no Médio Oriente são mais recentes do que os de outros países europeus, como a Grã-Bretanha ou a França. Sem um precedente colonial comparável na região a Alemanha, apenas recentemente, definiu uma estratégia política para o Médio Oriente. Ao fazê-lo tem em conta três premissas. Em primeiro lugar, por razões de responsabilidade histórica, a relação com Israel continua a ser de primordial importância para Berlim e condiciona as restantes abordagens político-diplomáticas, ao mesmo tempo que a diplomacia alemã tem conseguido afirmar-se como interlocutor respeitado pelos restantes actores regionais. Em segundo lugar, o papel dos Estados Unidos continua a ser essencial para a diplomacia alemã fazer avançar o processo de paz, mesmo que isso já não signifique uma aceitação incontestada da hegemonia americana na região. Por último, a política alemã para o Médio Oriente insere-se

na abordagem da União Europeia na prossecução de uma zona de estabilidade e segurança. Assim, a europeização da política alemã para o Médio Oriente explica o apoio de Berlim a iniciativas europeias, assim como a participação na UE-3+1 para a resolução do problema nuclear iraniano. Cabe por isso à Alemanha, como uma das principais potências europeias, um papel importante na gradual afirmação da União Europeia enquanto actor internacional. E a responsabilidade e os interesses europeus são imensos no Médio Oriente.